



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Amazonas  
1ª Vara Federal Cível da SJAM

**PROCESSO:** 1029198-63.2024.4.01.3200

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**POLO ATIVO:** AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA - AM5365

**POLO PASSIVO:** AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

### DECISÃO

Trata-se de ação pelo procedimento comum ajuizada pela AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A contra AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA – ANEEL, com pedido liminar de urgência, para que a Requerida realize todo e qualquer ato necessário à implementação imediata da Medida Provisória 1.232/2024: **(a)** quanto ao cumprimento das medidas que garantem a continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas, incluindo a cobertura de custos operacionais pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), **(b)** como também, as demais medidas de flexibilização previstas na Medida Provisória 1.232/2024, incluindo aquelas de vigência imediata, em especial a liberação integral dos repasses, sob pena de aplicação de multa-diária e de configuração de crime de desobediência.

A autora busca a implementação imediata das medidas previstas na Medida Provisória 1.232/2024, alegando que a ANEEL não está cumprindo os prazos ali estabelecidos. Essas medidas envolvem a cobertura de custos operacionais pela CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e outras ações necessárias para a continuidade do fornecimento de energia elétrica no Amazonas.

A ação foi distribuída, inicialmente, à 3ª Vara Federal, em 21/08/2024.

Em seguida, a ANEEL protocolou petição pugnando por um prazo para sua oitiva, antes de proferida decisão, tendo em vista a relevância do tema e a complexidade da causa, ID. 2144162944.

A ANEEL, arguiu (ID. 2144272907), ainda, que a autora distribuiu múltiplas ações similares com diferença de poucos minutos, o que caracteriza uma tentativa de "escolher" o juízo. Tais ações envolvem as mesmas partes e valores semelhantes, mas foram distribuídas em varas diferentes. Desta feita, requer **seja reconhecida a prevenção da 9ª Vara Federal Cível, onde a primeira**

**ação foi registrada;** bem como a condenação da autora em litigância de má-fé, por tentar manipular o processo de distribuição das ações para escolher o juízo. Com base no artigo 80 do CPC, pede que a Amazonas Distribuidora seja condenada a pagar uma multa correspondente a 10% do valor da causa. Juntou quadro descritivo para tanto:

Número da Ação	Data e Hora da Distribuição	Vara e Juízo Distribuição	Partes	Assunto	Valor da Causa	D
1029187-34.2024.4.01.3200	21/08/2024 16:59	9ª Vara Federal Cível da SJAM - Juízo Federal Substituto	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20 (AUTOR) x AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - CNPJ: 02.270.669/0001-29 (REU)	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) /Serviços (10028) /Concessão / Permissão / Autorização (10073) /Energia Elétrica (10075)	R\$ 447.815.982,00	ATC PRE DA: CO: NA( 58,1 acer Prov 1.23 junh
1029192-56.2024.4.01.3200	21/08/2024 17:05	1ª Vara Federal Cível da SJAM - Juízo Federal Titular	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20 (AUTOR) x AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - CNPJ: 02.270.669/0001-29 (REU)	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) /Serviços (10028) /Concessão / Permissão / Autorização (10073) /Energia Elétrica (10075) /Tarifa (14176)	R\$ 400.000.000,00	Lei ( de S
1029194-26.2024.4.01.3200	21/08/2024 17:10	9ª Vara Federal Cível da SJAM - Juízo Federal Titular	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20 (AUTOR) x AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - CNPJ: 02.270.669/0001-29 (REU)	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) /Orçamento (10954) /Repasse de Verbas Públicas (10957)	R\$ 500.000.000,00	Lei ( de S
1029198-63.2024.4.01.3200 (Presente Ação)	21/08/2024 17:15	3ª Vara Federal Cível da SJAM - Juízo Federal Substituto	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20 (AUTOR) x AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - CNPJ: 02.270.669/0001-29 (REU)	DIREITO CIVIL (899) /Obrigações (7681) /Atos Unilaterais (7694) /Gestão de Negócios (7713)	R\$ 450.000.000,00	ATC PRE DA: CO: NA( 58,1 acer Mec Prov 1.23 junh

O Juízo da 3ª Vara destacou que a alegada prevenção não foi indicada ou detectada pelo sistema pje e determinou nova e livre distribuição, bem como envio da referida petição da ANEEL à Corregedoria Regional, para fins de apurar eventual falha no sistema de distribuição do pje, ID. 2144349518.

A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO NORTE (ASDECEN) compareceu aos autos, ID. 2144396936, e requereu: sua admissão como amicus curiae; o reconhecimento do juízo da 9ª Vara como prevento e competente para processar e julgar a ação; o indeferimento da liminar; a avaliação de possível fraude processual e a notificação da OAB e do MPF; por fim, a condenação da autora ao pagamento de multa.

Certidão da 3ª Vara Federal acerca da expedição do ofício GABJU 17/2024 à Corregedoria, ID. 2144474574.

A Amazonas Energia (ID 2144512095) reiterou todos os argumentos contidos na petição inicial, em especial o pleito de liminar, e rechaçou as alegações de fraude processual.

Posteriormente, o juiz substituto da 1ª Vara Federal Cível da SJAM se declarou suspeito para atuar no feito, consoante art. 145, § 1º do CPC; tendo sido remetido os autos à juíza titular da mesma Vara, ID. 2144540958.

Intimação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica/ANEEL expedida, ID. 2144636100.

Intimações do Estado do Amazonas (ID. 2144639282), MPF (ID. 2144639283), AGU (ID. 2144639284) e da ASDECEN (ID. 2144640251), expedidas.

A ASDECEN juntou procuração e declaração de hipossuficiência, consoante petição de ID 2144924347.

Cumpridas as intimações do ESTADO DO AMAZONAS (ID. 2144958209), da UNIÃO (ID. 2144958266), do DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA/ANEEL (ID. 2145066820), da ANEEÇ (ID. 2145069813) e do MPF (ID. 2145069813).

O Juízo recebeu **comunicação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ( TRF 1)** de Decisão exarada no Agravo de Instrumento **1028937-95.2024.4.01.0000**, interposto pela ANEEL, “[...] defere, em parte, o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento para **afastar as astreintes fixadas a título pessoal, bem como para restringir os efeitos da tutela provisória à mora administrativa da ANEEL relativa: i) à conversão dos contratos de compra de energia em Contratos de Energia de Reserva (CER); e ii) à prorrogação, por até 120 dias ou até a transferência do controle acionário, das flexibilizações sobre custos operacionais e à não aplicação do fator de corte de perdas e dos parâmetros de eficiência econômica e energética**”.

#### **Decido:**

1. Decisão exarada pela Juíza Federal Titular da 9ª Vara, atuando em substituição automática, deferindo em parte a tutela de urgência, ID. 2144528893. Em síntese, determinou:

a) que a ANEEL, no prazo de 72 horas, promova a regulamentação da MP 1.232/2024 e fixou multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em caso de descumprimento e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia, de multa pessoal ao presidente e conselheiros da ANEEL;

b) a intimação do Ministério Público Federal e o Estado do Amazonas para se manifestarem sobre o caso, dada a relevância e os potenciais danos à coletividade; a Advocacia-Geral da União (AGU) também foi convocada para atuar na mediação do conflito.

c) a intimação da Associação de Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica da Região Norte (ASDECEN) para que, no prazo de 15 dias, junte procuração aos autos, deixando de se pronunciar a respeito de seu ingresso como amicus curiae;

d) Por fim, deixou de se pronunciar acerca da petição da autora de

id

2144512095

(<https://pje1g.trf1.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAutosDigitais.seidProcesso=11730872&ca=8cb8b070da6301ca94e47d2cc2de1e509b871079ed901ecf0>) tendo em vista que os fatos sinalizados pela ANEEL serão apurados pela Corregedoria deste e. TRF1.

2. Após intimação para cumprir a decisão judicial, a ANEEL informou que não reconhece estar em mora na regulamentação da MP 1.232/2024, conforme alegado pela autora, e prestou as seguintes informações no ID. 2145923135ss, em síntese:

a) Quanto à Regulamentação da Medida Provisória 1.232/2024, que o processo administrativo referente à flexibilização temporária dos parâmetros de eficiência para fins de reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi concluído, com a publicação do Despacho nº 2.494, em 27 de agosto de 2024, no Diário Oficial de 28 de agosto de 2024;

b) No que tange à Transferência do Controle Societário da Amazonas Energia S.A, que o processo sobre as condições necessárias para essa transferência foi apreciado pela Diretoria Colegiada da ANEEL na 32ª Reunião Pública Ordinária, em 03 de setembro de 2024. Ocasão em que ocorreria a abertura de Consulta Pública para colher subsídios sobre o tema.

c) Ainda, em relação à Conversão de Contratos em Contratos de Energia de Reserva (CER), que o processo de conversão seria levado à mesma reunião da Diretoria, com proposta de abertura de Consulta Pública para definir as condições necessárias à conversão.

3. Em seguida, a ANEEL atualizou as seguintes informações, ID. 2146810276ss:

a ) Quanto à Transferência do Controle Societário da Amazonas Energia S.A., conforme decisão tomada na reunião realizada no dia 03 de setembro de 2024, foi instaurada uma Consulta Pública por intercâmbio documental com duração de 10 dias (de 4 a 13 de setembro de 2024), visando obter subsídios e informações adicionais para estabelecer as condições necessárias à transferência do controle societário da concessionária, conforme o art. 2º da Medida Provisória nº 1.232/2024;

b) Em relação à Conversão de Contratos de Energia de Reserva (CER), também foi decidido na mesma reunião instaurar uma Consulta Pública por intercâmbio documental com duração de 8 dias (de 4 a 11 de setembro de 2024), para obter subsídios e informações sobre a conversão dos contratos originais em Contratos de Energia de Reserva (CER), conforme o art. 1º da MP 1.232/2024.

3. Em parecer de ID. 2147541860, o MPF se manifestou pelo deferimento do ingresso da ASDECEN, na qualidade de *amicus curiae* e pela intimação da ANEEL para que preste novas informações atualizadas sobre as Consultas Públicas n. 21 e 22/2024; e, ao final, após a instrução, a renovação da sua intimação.

4. No ID. 2149008466, a AMAZONAS ENERGIA juntou manifestação informando o **descumprimento pela ANEEL quanto às determinações judiciais** relacionadas à MP 1.232/2024, no seguinte sentido:

a) Consulta Pública e Prazos: A ANEEL informou que instaurou Consulta Pública sobre a transferência do controle societário e a conversão dos contratos originais em Contratos de Energia de Reserva (CER), mas a autora argumenta que a ANEEL atrasou indevidamente esses processos; que a consulta ocorreu entre 04 e 13 de setembro de 2024, e, até o momento, não há decisão ou pauta nas reuniões da ANEEL para resolver as questões antes da caducidade da MP em 12/10/2024.

b) Descumprimento de Prazos da MP: Destaca que a ANEEL não respeitou o prazo de 45 dias previsto na MP para publicação das minutas dos CER, o que deveria ter ocorrido em julho de 2024. Em vez disso, a agência apenas iniciou as consultas em setembro, e havendo risco de não cumprir os prazos para assinatura dos contratos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

c) Omissão e Inércia da ANEEL: Argui que a ANEEL está agindo de forma omissa e premeditada, com a intenção de postergar as decisões até que a MP perca a validade; que tal omissão compromete a recuperação econômico-financeira da concessionária e a continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas.

d) Ao final, formula pedido solicita que a ANEEL seja intimada por descumprimento de decisão judicial, com exigência de adoção imediata de medidas para implementação da MP 1.232/2024 em até

48 horas, incluindo a convocação de reunião colegiada extraordinária, sob pena de multa já estabelecida. A autora também pede que a ANEEL seja intimada pessoalmente por um oficial de justiça, dada a urgência da situação e o risco iminente de colapso no fornecimento de energia elétrica no estado do Amazonas.

5. O que efetivamente existe nos autos é a existência de um diploma legal com data de expiração próxima, qual seja 12 de outubro de 2024, sobre o qual a agência reguladora se encontra em mora de cumprimento. O risco de dano irreversível é inegável, tanto que já foi proferida decisão judicial acerca do assunto e até a presente data se encontra sem efetivo cumprimento.

6. Sobre a decisão judicial o e. TRF1 já se pronunciou, confirmando seu conteúdo em decisão monocrática, excetuando apenas a multa pessoal por descumprimento e restrições específicas que não favorecem a ANEEL.

7. Note-se que não há risco de dano inverso para a União, para a ANEEL ou para quem quer que seja, pois que além da Medida Provisória disciplinar e proteger o patrimônio público, a decisão judicial visa também a resguardar os interesses coletivos de todos os consumidores de energia elétrica no Amazonas, os quais estão entre as 7 - sete - contas mais cara do país, assistindo constantes quedas de energia e perda de aparelhos eletrônicos, de modo que veem na concretização da norma federal contida na medida provisória sob análise a única solução jurídica próxima plausível para melhoria das suas condições de vida.

7.1. Ademais, eventuais perdas e danos referentes a contratos anteriores, de parte a parte, podem e devem ser resolvidas nos processos que já estão em curso no país.

8. Pelo exposto, adoto as seguintes deliberações:

a) Determino à ANEEL promover a adoção das medidas necessárias à efetiva e concreta implementação das normas contidas na MP 1.232/2024 no que tange à assinatura dos CER, devendo ainda efetivar obrigação de fazer consistente em aprovar imediatamente o plano de transferência de controle societário na forma apresentada em 28/06/2024, no processo administrativo n. 48500.000417/2019-86, pela Autora em conjunto com a Futura Venture Capital Participações Ltda. e o Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Milão de Responsabilidade Ilimitada, com a assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão n. 01/2019-ANEEL, **sob pena de medidas interventivas necessárias a concretização da decisão judicial** (na condição de Impedimento de atividade omissiva nociva ).

b) O prazo para efetivação da obrigação de fazer aqui imposta é de até 48h a contar da intimação por oficial plantonista.

9. Cumpra-se. Intime-se.

10. Passado o prazo derradeiro concedido para cumprimento da decisão judicial, retornem-me conclusos para demais deliberações.

Manaus, 23.9.2024.

Juíza Federal Titular - assinatura digital

Assinado eletronicamente por: **JAIZA MARIA PINTO FRAXE**

**23/09/2024 15:59:06**

<https://pje1g.trf1.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **2149257246**



2409231559066920000212869215!

IMPRIMIR

GERAR PDF